

humanitas



Vol. XXXVII-XXXVIII

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
COIMBRA UNIVERSITY PRESS

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS CLÁSSICOS

HUMANITAS

VOLS. XXXVII-XXXVIII



C O I M B R A

MCMLXXXV-MCMLXXXVI

Os alunos das nossas universidades encontrarão aqui, para além de proveitosa familiaridade com excerptos latinos de cuidada cepa, um óptimo instrumento de trabalho prático.

No Renascimento abundaram os *De conscribendis epistolis*, compêndios que ensinavam a redigir cartas com elegância e boas maneiras. Pois em *Latim Renascentista em Portugal* propina-se aos estudiosos um método modelar de tradução, nem baculina como a dos «burros» de antanho, nem literal, seca e deslavada, nem de fuga parafrástica; antes exemplarmente fiel, sem perder de portuguesa no fôlego e na alma, que certa preferência lexical e de giro idiomático saudavelmente releva.

Quanto às notas e observações eruditas de rodapé, elas remetem-nos para trabalhos publicados e reformuladores, na linha — e servindo-me de expressões de Karl Popper — daquela «capacidade de ver novos problemas onde antes ninguém havia visto e de encontrar novos modos de solucioná-los», tão característica do espírito criador do Prof. Costa Ramalho. Só que, no concernente a não poucos que permanecem dispersos por revistas de especialidade e separatas, faço sinceros votos de que brevemente sejam coligidos em volumes, como aconteceu aos que compuseram o *Latim Renascentista em Portugal*, não porque o Autor já se encontre na idade dos *Opera omnia*, mas evidentemente para o melhor incentivo, proveito e exemplo à alta cultura.

Escaparam na revisão das provas uma troca de «vós» por «tu» (p. 139, l. 37) e o salto tipográfico que omitiu, na versão portuguesa, *tum propter turbulentias et penuriam temporum* (pp. 98-99, l. 4).

Isto em nada empana a imagem nem do Autor nem da obra, dos quais, aliás, dei aqui apenas um esboço, porque — e servindo-me da frase de Dürer no retrato de Erasmo (1526), de quem também o Prof. Costa Ramalho é grande conhecedor — *τὴν κρείττω τὰ σύγγραμματα δείξει* aos leitores interessados na literatura do Renascimento, recuado desta feita, e com base nos textos, algumas décadas quanto aos seus controvertidos inícios em Portugal.

AMADEU TORRES

DAVIDE BIGALLI, *Immagini del principe. Ricerche su politica e umanesimo nel Portogallo e nella Spagna del Cinquecento*. Milano, Franco Angeli, 1985, p. 288.

O título genérico desta obra, que se propõe estudar dois humanistas de mérito, o português Diogo de Teive e o castelhano António de Guevara, justifica-se pela multiplicidade e diversidade de perspectivas que uma visão global da problemática da imagem do príncipe no humanismo ibérico encerra.

Esclarece-nos o autor numa nota introdutória (p. 9-11) as principais motivações que estiveram na génese da sua obra: o imponente estudo de Augustin Redondo

sobre Guevara, e, sobre Teive, as conversas, já distantes no tempo, mas não na memória, com Joaquim Barradas de Carvalho e Joel Serrão. Desta forma nos alerta Davide Bigalli para a ausência completa de qualquer sugestão colhida, quer na edição comentada da *Ioannes Princeps*, que abrange o estudo de Diogo de Teive e sua obra (DIOGO DE TEIVE, *Tragédia do príncipe João*. Introdução, tradução e notas por NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES. Coimbra, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1977), quer no livro mais recentemente publicado de LUÍS DE SOUSA REBELO (*A tradição clássica na literatura portuguesa*. Lisboa, Livros Horizonte, 1982). Nesta obra são de relevar sobretudo o cap. V: «Armas e Letras. Um topos do humanismo cívico» e o cap. VI: «Diogo de Teive, historiador humanista». À partida, o desconhecimento desta bibliografia limita, de certa forma, o desenvolvimento do discurso do autor, que, a despeito disso, é largamente documentado com obras portuguesas e estrangeiras.

Dividida em duas partes distintas, a obra de Davide Bigalli comporta dois grandes títulos: 1 — «Diogo de Teive, o la política della nostalgia»; 2 — «Il mito a corte. Pensiero político e frammenti di utopia in Antonio de Guevara».

Com o propósito de definir, nos primeiros cinco capítulos da obra, o ambiente cultural português, no reinado de D. João III, que acolheria os mestres de formação francesa, e entre eles Diogo de Teive, Davide Bigalli demora-se na análise da carta que antecede o *De disciplinis* de Luís Vives, dedicado ao monarca português. Curiosa a sua leitura deste texto, de cuja mensagem deriva e faz depender as reformas do ensino coimbrão. Sem minorar o acolhimento que o conselho do reputado humanista espanhol teria junto de D. João III, não pode ser esquecida a importância do Regulamento de estudos da *Schola Aquitanica* de André de Gouveia, que o Colégio das Artes adoptou.

Na sua apresentação da personalidade de Diogo de Teive, o autor considera-o «figura típica dell' umanista portoghese *estrangeirado*», espectador e interveniente de um processo histórico, a cuja diástole, em tempos gloriosos das reformas joaninas, se seguiria a sístole com os processos da Inquisição e o ensino confiado aos Jesuítas.

A designação de «estrangeirado», definidora de uma personagem ou de um grupo, pertencentes à segunda metade do séc. XVI português, além de imprecisa e inadequada, traz consigo ainda o risco de uma leitura «actualizada» da realidade histórica do passado.

Na verdade, apesar da sua *forma mentis*, que se prende, cultural e intelectualmente, com a permanência nas universidades francesas, posta em relevo pelo autor, não poderemos omitir que os processos de 1550 foram movidos e accionados sobretudo por questões de ordem pessoal, por querelas que testemunhos como o de Fr. João Pinheiro documentam. A simpatia dos bordaleses pelas correntes modernas de pensamento e pelas doutrinas do humanismo setentrional, pela sua piedade douta, revelada nas próprias declarações que constam dos seus processos, não são suficientes para convencer o Santo Ofício. Este, apesar de inquirições cuidadosas e exaustivas, revelou-se da maior benevolência. O suposto luteranismo, epicurismo e ateísmo de Teive não o impediram de ascender ainda a Principal do Colégio das Artes.

Grande seria a diferença de tratamento que aguardaria em 1572, num contexto político-religioso diverso, Damião de Góis — muito embora a Inquisição portu-

guesa fosse de uma maior tolerância que os tribunais religiosos europeus, seus contemporâneos.

A mistura de assuntos, ligados por um fio condutor — a clarificação do ambiente político-cultural do Portugal de Quinhentos — favorece a sobreposição de planos, que nem sempre simplifica a leitura. Aliás, na construção argumentativa do seu discurso, não raras vezes se repete. Tal é o caso da insistente alusão à justificação da dinastia de Avis ou mesmo à sua legitimação (vide e.g. p. 13-14, 23, 31, 62 e todo o cap. 10, p. 69-77: «Archeologia della legittimità»), subjacentes na actuação política, cada um a seu modo, dos dois monarcas portugueses, D. Manuel e D. João III. A este propósito, parece-nos que o autor se exprime em termos demasiado absolutos, mesmo radicais, no passo seguinte: «...certo, l'abbandono dell'equazione manuelina si rivela immediatamente funzionale alla *celebratio* di Giovanni III, ma aldilà della contrapposizione tra due figura / modelli di sovrano si pone una soluzione di continuità, sintomo di una crisi più profonda, che investe le radici stesse dello stato portoghese, giacché è crisi di legittimità» (p. 62).

A partir do capítulo 6 (p. 46-222) apresenta o autor o verdadeiro corpo desta primeira parte da obra. Aí faz, segundo afirma, o exame «di tutta la produzione tevana, in un continuo contrappunto tra la definizione del modelo di principe e le concrete scansioni dell'attività del re.» (p. 85).

A definição do modelo jurídico-político abstracto, em que assume particular acuidade a doutrinação de Erasmo, na *Institutio principis christiani*, sobreposta às posições regalistas que o romanismo favorece, é coincidente, conclui o autor, com a concreta existência do reino Lusitano e a caracterização do seu monarca (vide *maxime* p. 77 e sqq.).

A utilização de textos coevos de Teive e sua análise comparada, assume particular relevo na interessante apreciação da posição histórica do humanista, no seu *Commentarius de rebus a Lusitanis in India apud Dium gestis anno salutis nostrae MDXLVI*, que testemunha uma verdadeira mundividência heróica nacional.

A reflexão pessoal do autor e o amplo manuseio de passos de obras quinhentistas são, sem dúvida, um contributo valioso deste trabalho.

Uma observação se impõe ainda: Diogo de Teive, quer nas *Sententiae*, quer na *Institutio Sebastiani Primi*, ao tratar da educação do príncipe desde menino, é um discípulo de Quintiliano e Plutarco, autores que marcaram o pensamento pedagógico do Renascimento. Davide Bigalli (p. 170 e sqq.) sublinhou a dependência do humanista português às ideias de Erasmo na *Institutio principis christiani*, sem referir a inspiração comum. Na verdade, se é inegável que há semelhanças entre eles, não é possível precisar até que ponto houve imitação. Tal como Erasmo e não necessariamente nele inspirado, dada a falta de originalidade do humanista de Roterdão — inserido na tradição do Quattrocento italiano, que tem as suas origens mais longínquas nos autores da época helenística — Diogo de Teive é um intérprete da educação humanista, que ganhou foro de cidadania em toda a Europa culta de então. É nesta perspectiva que deve ser feita a análise da sua obra político-pedagógica. Se as ideias que Erasmo exprime na *Institutio principis christiani* — e por que não o *De pueris instituendis*, onde apresenta o modelo de uma educação aristocrática — se encontram em Teive, não pode ser negligenciado o facto de que as mesmas ideias, muitas vezes os mesmos termos, as mesmas citações surgem na pena de humanistas e pedagogos europeus que se inspiram em fontes

comuns. É o caso, por exemplo, dos versos de Teive, citados por Davide Bigalli (p. 180), que se reportam ao mito de Faetonte, já referido por Erasmo na *Institutio principis christiani*. Neste passo, há uma reminiscência de Ovídio (*Met.* 2.1-332), poeta conhecido e apreciado por todos os humanistas, que o incluíam, embora expurgado, no programa dos seus estudos.

No que se refere à análise do pensamento político-pedagógico de Diogo de Teive e António de Guevara não poderemos ainda deixar de observar que não houve uma mínima alusão aos autores do Quattrocento italiano que, desde Pier Paolo Vergerio exerceram, entre nós, uma influência marcante. Referimo-nos sobretudo a um Francesco Patrizi que compôs obras da maior importância, *De institutione reipublicae* e *De regno et regis institutione*, em nove livros — para já não falar de Bartolomeo Platina, autor do *De optimo ciue* e do *De principe* ou ainda Giovanni Pontano com o seu *De principe* — obras estas que mereceram, a partir da segunda metade do séc. XV, numerosíssimas edições e traduções.

Os tratados de Francesco Patrizi contribuíram, sem dúvida, muito antes de Erasmo, para firmar na Europa, abandonada a temática das relações entre papado e império, os novos horizontes de uma política humanista, fundada na tradição platónico-aristotélica. De referir, por exemplo, as suas considerações sobre a obrigatoriedade do rei na observância das próprias leis que promulga e representa (vide PATRIZI, *De regno*, e.g. II.1 e VIII.6), a não esquecer ao lado das de Erasmo na *Institutio principis christiani*, que serviram de base à argumentação do autor (p. 77 e sqq.).

Enriquecida de um precioso índice onomástico, esta obra é um ensaio de história das ideias, que se impõe à reflexão dos estudiosos do humanismo ibérico. Se levanta ao leitor certas interrogações, inevitáveis num trabalho deste género, essas serão apenas um sinal do interesse que o próprio trabalho encerra.

NAIR DE NAZARÉ CASTRO SOARES

Aristófanes, Lisístrata. Tradução e notas de MANUEL JOÃO GOMES.
Lisboa, Círculo de Leitores, 1985, 140 pp.

Encontrar uma comédia de Aristófanes, dividida em seis actos, é, logo de entrada, o indício de adaptação de uma tradução moderna. Todavia, o diálogo é vivo e natural.

O tradutor (de que língua?), de vez em quando, dificulta a compreensão do texto, pelo menos para o leitor comum, «helenizando» a versão portuguesa. Assim, no v. 48, onde Aristófanes apresenta *τὰ διαφανῆ χιτῶνια* «as túnicas transparentes», lê-se na página 17 «túnicas cimbrias», sem explicar de que se trata. No v. 593, *ἐν τοῖς θαλάμοις* «nos quartos», vem traduzido por «nos gineceus» (página 68).

O próprio erotismo é falseado: no v. 60 *ἐπὶ τῶν κελήτων* não se refere à atitude passiva das mulheres, como se interpreta na página 18 *sub fine*, na fala de Cleo-